

## **ETNOGRAFIA NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: limites e possibilidades**

### ***ETHNOGRAPHY IN THE EVALUATION OF PUBLIC POLICIES: limits and possibilities***

---

Lea Carvalho Rodrigues\*

#### **Resumo**

O artigo discute as implicações do recurso cada vez mais amplo, em diferentes campos disciplinares, inclusive na avaliação de políticas públicas, das técnicas e métodos de pesquisa próprios ao fazer antropológico, em especial a observação participante e a pesquisa de campo intensiva, designadas de forma generalizante como etnografia. Entende-se que a etnografia é inerente ao campo da antropologia e que, em seu sentido amplo e como parte de um campo disciplinar, constitui um empreendimento maior do que a sua perspectiva metodológica. Assim, indaga-se sobre os limites e possibilidades dos recursos à etnografia como método de avaliação de políticas públicas. Faz-se uma exposição sobre a natureza dos vínculos entre etnografia e antropologia, a inserção da etnografia na avaliação de políticas públicas, os debates antropológicos sobre o estatuto da etnografia e sua expansão além das fronteiras disciplinares, bem como os limites e possibilidades colocados às atuais proposições no campo das políticas públicas.

**Palavras-chave:** Etnografia. Método Etnográfico. Avaliação. Políticas Públicas.

#### **Abstract**

The article discusses the implications of the increasingly extensive use of techniques and research methods belonging to anthropological studies, particularly participant observation and intensive field research, which are generalized as ethnography, in different disciplines, including the evaluation of public policies. It is understood that ethnography is inherent in the field of anthropology and, in its broadest sense and as part of a disciplinary field, offers broader views than the methodological perspective. Thus, we examine the limits and possibilities of resources to ethnography as a method of public policy evaluation. We expose the nature of links between ethnography and anthropology, the insertion of ethnography for the evaluation of public policies, anthropological debates on the status of ethnography, the expansion beyond disciplinary boundaries, as well as the limits and possibilities posed to the current proposals in the field of public policy.

**Keywords:** Ethnography. Ethnographic Method. Evaluation. Public Policies.

---

\* Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC)/Brasil. Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP/Brasil. E-mail: leaufc@gmail.com

## Introdução

O que instigou a elaboração deste artigo foi a percepção de que, na área da avaliação de políticas públicas, é cada vez mais frequente a utilização de práticas e técnicas de pesquisa próprias ao fazer antropológico: a realização de entrevistas abertas, a pesquisa de campo e a observação participante – as duas últimas muitas vezes tomadas como sinônimo uma da outra. Entende-se que o uso dessas técnicas e práticas de pesquisa faz parte de um processo profícuo de diálogos interdisciplinares que, sobretudo na área das políticas públicas, são uma realidade evidente. O que inquieta, entretanto, é quando estas técnicas são denominadas, de forma generalizada, de etnografia ou método etnográfico; ou, ainda, quando a pesquisa, apenas pelo recurso a esses instrumentais metodológicos, diz valer-se de uma perspectiva antropológica<sup>1</sup>.

Percebe-se esta tendência sobretudo na área de estudos sobre políticas públicas em saúde e na área de administração de empresas. A presença de sociólogos(as) e antropólogos(as) em instituições e grupos interdisciplinares de pesquisa fez com que a etnografia fosse bem aceita na área da saúde, como mostram as produções, no Brasil, sobre metodologias qualitativas desenvolvidas por Minayo (2012) e VÍctora, Knauth e Hassen (2000) e, no exterior, pesquisas como as de Savage (2000) ou Leigh e Vassar (2011). Nos Estados Unidos, pesquisadores como Peregrine Schwartz-Sea e Dvora Yanow (2015)<sup>2</sup>, a primeira cientista política e a segunda da área da administração, e o cientista político Raul Lejano (2012), têm incluído a proposta etnográfica, em especial o interpretativismo de Geertz, como metodologia para a análise e a avaliação de políticas públicas.

Uma vez que a proposta é refletir sobre os limites e possibilidades do recurso à etnografia na avaliação de políticas públicas, é necessário, primeiramente, entender os significados destas noções – observação participante, etnografia, método etnográfico ou mesmo o que seria uma perspectiva antropológica –, hoje, no campo da própria antropologia, para então se posicionar em relação aos intercâmbios metodológicos com outras áreas, o que faremos no primeiro tópico deste artigo. Isto porque, na área da própria antropologia, o uso de terminologias e o estatuto da etnografia já configuram um campo de intensos debates – que dirá então o uso de conceitos e terminologias de forma indiscriminada, como salienta Uriarte (2012), ao externar uma apreensão pelo “entusiasmo que a etnografia vem suscitando nos últimos anos em diversas áreas do conhecimento” (URIARTE, 2012, p. 2). A autora se refere a uma percepção, por parte dos antropólogos, de que fazer etnografia, e o próprio termo, estão sendo objeto de uma certa banalização, como se todos

---

1 A proposição do recurso à observação participante como “método de avaliação” de políticas públicas está em Gussi e Oliveira (2016), mas sem maiores discussões sobre este caráter de método ou sobre o significado da observação participante.

2 Veja também Dvora Yanow (2009).

pudessem fazer etnografia. Esta constatação tem levado pesquisadores e intelectuais desta área disciplinar a produzir reflexões a respeito do estatuto da etnografia e sua proximidade/distanciamento de aspectos metodológicos da pesquisa de campo, tratamento de dados, reflexão teórica e produção do texto.

Dentre os argumentos aqui apresentados, um afirma que esta banalização apontada por Uriarte deve-se, em primeiro lugar, a uma confusão entre métodos, procedimentos e técnicas de pesquisa. Outro argumento é que há uma apreensão errônea de que o termo etnografia pode ser traduzido por aplicação de métodos qualitativos e realização de entrevistas face a face.

Mesmo se considerarmos que os pressupostos que orientam o fazer etnográfico abrem possibilidades novas e profícuas à avaliação de políticas públicas, do ponto de vista metodológico, outro argumento é que este diálogo, bem como as consequentes trocas metodológicas, não implica que o resultado das pesquisas na área de avaliação e/ou análise de políticas públicas seja a produção de etnografias. Para tecer estas observações e críticas, entretanto, é necessário, também, entender de que forma os pesquisadores dessa área do conhecimento estão inserindo a etnografia em suas proposições teórico-metodológicas, o que deverá ser apresentado no segundo tópico do presente artigo.

Como questionamentos iniciais, podemos nos perguntar sobre a possibilidade de denominar a pesquisa de campo e a observação participante, de forma generalizada, como etnografia – que, como veremos, é a ocorrência mais comum quando a proposta da etnografia adentra outras áreas do conhecimento. Ou seja, até que ponto pode-se considerar como etnografia uma pesquisa que apenas se vale destes recursos?

Estes questionamentos e os argumentos apresentados são os orientadores deste artigo e serão desenvolvidos nos próximos tópicos.

### **Etnografia: síntese do debate antropológico sobre o tema**

O debate antropológico sobre o estatuto da etnografia ganhou impulso a partir dos anos 1990, sobretudo em razão da crítica pós-moderna ao texto etnográfico<sup>3</sup>. No entanto, se o debate se centrou no questionamento sobre a presença do autor no texto, sua autoridade etnográfica (CLIFFORD, 2002), isto levou à desconstrução das etnografias clássicas e, assim, acabou por abarcar questões metodológicas fundamentais ao fazer antropológico, dentre elas a relação entre os sujeitos da pesquisa (observador e observado), a prática do trabalho de campo, com ênfase na observação participante, e fortes questionamentos sobre o tornar-se nativo.

No âmbito da antropologia brasileira, no debate mais recente acerca da expansão do campo da antropologia, tanto no que se refere aos temas como aos objetos de investigação, evidenciam-se alguns problemas na própria construção textual desses antropólogos: 1) o uso indiscriminado de termos como prática

---

3 A respeito da crítica pós-moderna em antropologia ver Caldeira (1988).

etnográfica, experiência etnográfica, método etnográfico, fazer etnográfico, etnografia, texto etnográfico etc., para se referir à prática antropológica; 2) concepções diferenciadas do que seja etnografia: ora referindo-se ao método, ora englobando pesquisa de campo e construção do texto, ora indicando o processo, que vai desde a aprendizagem até o texto, e, ainda outras vezes, dizendo respeito exclusivamente ao texto etnográfico, separando-o, portanto, do que é denominado método etnográfico.

Magnani (2009) distingue prática etnográfica – referindo-se a uma prática programada – e a experiência etnográfica, que para ele é o estar em campo, uma situação aberta ao acaso e que está, portanto, sujeita ao imprevisto. Mas, de qualquer forma, estas práticas dizem respeito a uma parte do empreendimento etnográfico, qual seja, a realização da pesquisa de campo e do que muitos denominam método etnográfico. Este é o caso do autor referido. Já Peirano (2014) nega que etnografia seja método. Para ela, ainda que não exista antropologia e etnografia sem pesquisa empírica, é a teoria que orienta o empreendimento etnográfico, e toda etnografia deve ter como resultado um diálogo e uma contribuição à teoria antropológica. Nesta perspectiva, a etnografia tem um sentido holístico, já que, anterior à ida a campo, há um aprendizado e um domínio do arcabouço teórico da disciplina. Assim, é valorizada a teoria como parte do fazer etnográfico, e neste sentido também vão as proposições de Magnani (2009), Goldman (2003) e Uriarte (2012). Mais ainda, diz esta última autora que a etnografia se constrói por meio do método etnográfico, comportando três momentos que são parte de um mesmo processo: a aprendizagem mediante a leitura sistemática das etnografias clássicas, que resulta na formação do antropólogo e na formulação de problemas de pesquisa próprios a este campo disciplinar; a realização do campo seguindo as técnicas que se tornaram clássicas na antropologia, como a longa permanência vivendo entre os sujeitos da pesquisa; e a escrita, a produção do texto etnográfico. Afirmar ainda essa autora que, em razão disto, “nem todos podem ser etnógrafos” (URIARTE, 2012, p.10). Isto porque seria necessária uma “vocação” ao desenraizamento, além do preparo dado pela forma o que, em conjunto, permitiriam interrogar e ler o campo.   preciso observar, ainda, que essas técnicas – a pesquisa de campo, a observa o, a realiza o de entrevistas – fazem parte da pesquisa qualitativa, independentemente do objetivo ser ou não etnográfico. Mas o que então particularizaria a etnografia?

No âmbito internacional, um dos mais proeminentes antropólogos da atualidade, Tim Ingold, considera a etnografia uma descri o de “como as pessoas de alguns lugares e tempos percebem o mundo e como agem nele” (INGOLD, 2015, p. 347). O autor, recuperando a posi o de Radcliffe-Brown na primeira metade do século XX, faz uma distin o entre antropologia e etnografia e entre teoria e descri o, não considerando que a etnografia seja o núcleo central da antropologia. Esta última, por outro lado, ele a define como sendo “uma investiga o sobre as condi oes e possibilidades da vida humana no mundo” (INGOLD, 2015, p. 345). O mais importante, contudo, para os propósitos deste artigo,   que o autor considera extremamente pernicioso para a etnografia a sua equipara o a “método etnográfico”. Diz ele, a esse respeito: “Obviamente, a etnografia tem seus métodos, mas não   método” (INGOLD, 2015, p. 345), porque

Não é, em outras palavras, um conjunto de meios processuais formais concebidos para satisfazerem os fins da investigação antropológica. Trata-se de uma prática de descrição verbal. Os relatos que produz, de vida de outras pessoas, são trabalhos acabados para posterior análise antropológica.

Já no contexto francês, encontramos tanto posições em acordo com a perspectiva de Ingold como contrárias. Sperber (1992), para quem a etnografia tem uma vocação interpretativa e a antropologia explicativa, representa a posição mais próxima a Ingold, ainda que a ênfase do primeiro recaia sobre a interpretação e não a descrição apenas. Já Marc Augé representa a visão oposta. Para Augé, antropologia e etnografia se entrelaçam, não existindo uma sem a outra; o campo, mais que uma coisa ou lugar, é o conjunto de relações pessoais por meio das quais o etnólogo constrói seu aprendizado; o autor prefere abrir mão da noção de “observação participante”, por considerá-la muito vaga, ambígua e constrangedora, em proveito de termos como, simplesmente, “relação etnográfica” (AUGÉ, 2015). Em um pequeno livro sobre o que é antropologia, Augé e Colleyn consideram o trabalho de campo a condição primeira de um trabalho antropológico, e tanto a descrição quanto a comparação fundamentam a capacidade de análise da antropologia. E se num primeiro momento do texto recupera as distinções entre etnografia, etnologia e antropologia do início do século XX, considera que, atualmente, na França, quando se diz antropologia, a referência é a uma disciplina que estuda a “diversidade contemporânea das culturas humanas” (AUGÉ; COLLEYN; 2012, p. 16).

Já para Geertz, a antropologia é uma ciência, mas uma ciência interpretativa, posição radicalmente oposta à de Ingold e Sperber, nos contextos britânico e francês. Quanto à etnografia, esta sem dúvida seria definida como “uma descrição densa”, ou, se seguirmos a afirmação de Clifford (2002, p. 40), para Geertz etnografia seria a própria interpretação das culturas. De fato, para este último autor, o objetivo da antropologia é “o alargamento do discurso humano” (GEERTZ, 1978, p. 24), o que poderia sugerir uma separação entre a antropologia e a etnografia, não fosse a afirmação anterior de que “em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é etnografia” (GEERTZ, 1978, p. 15). E a etnografia é uma prática e um resultado, fixado em texto, não se tratando, em absoluto, de uma questão de métodos. Como frisa o autor, ao definir etnografia, “[...] não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento (GEERTZ, 1978, p. 15).

Percebe-se, portanto, entre os pesquisadores, posturas diferentes quanto à forma de nomear o processo de produção de pesquisas de caráter etnográfico, cujo resultado final, em forma de texto, é também denominado de etnografia<sup>4</sup>. Assim é que mesmo entre antropólogos podemos encontrar afirmativas conflitantes. “Etnografia não é método, toda etnografia é também teoria”, diz Peirano (2014, p.

---

4 Fato ressaltado por Jacobson (1991), em sua obra voltada especificamente à discussão do texto etnográfico.

383), enquanto outro antropólogo brasileiro afirma que “Etnografia é método e não mera ferramenta de pesquisa, pronta, que se pode usar de qualquer maneira” (MAGNANI, 2012, p. 175). Embora conflitantes quanto à forma de nomear o processo de produção de etnografias, ambos afirmam a mesma coisa: que não se pode dar o título de etnografia a toda pesquisa que se valha de procedimentos e técnicas que fazem parte do *métier* do antropólogo. É neste sentido, também, que Uriarte (2012) relata a surpresa de outra antropóloga, Mariza Corrêa, diante da referência indiscriminada que se faz à etnografia, propagando-a para diferentes áreas do conhecimento, e à forma como se torna praticamente consenso a ideia de que “todos podem fazer etnografia” (URIARTE, 2012, p. 2).

Ainda quanto ao método, quero aqui destacar algumas afirmações importantes para a presente discussão. Em *O trabalho do antropólogo* (2000), Roberto Cardoso de Oliveira afirma que “à questão do método sempre acompanhou a busca da verdade” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 73). A obsessão pelo método e pela busca de objetividade está, para ele, tanto no pensamento de empiristas como no de intelectualistas (racionalistas). Para discutir esta questão nas ciências sociais, o autor remete ao pensamento de Durkheim, seu caráter conceitual, a busca de categorias como organizadoras da realidade. O recurso ao método, pelo qual se atinge a objetividade, diz o autor, é a forma de conferir cientificidade à Sociologia. Mas uma sociologia contemporânea, moderna, teria que dar conta da subjetividade. Lembremos que o autor escreve no final do século XX, quando o paradigma dominante na antropologia era o hermenêutico, que redundou no interpretativismo em antropologia. Assim, o autor busca aprofundar a reflexão em diálogo com a fenomenologia de Gadamer. Diz Cardoso de Oliveira que método, para Gadamer e sua hermenêutica, seria o “caminho para ir em busca de algo” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 82): a verdade, ou, da perspectiva positivista, a certeza. Este ideal da certeza faz do método uma forma de “mensurar”, que o autor diz ser substituível por “descrever”, “avaliar” ou “explicar” em sua dimensão qualitativa. Cardoso de Oliveira coloca a compreensão como um substitutivo ao método e à busca da certeza. A hermenêutica ao confrontar a anulação da subjetividade e das pré-noções efetuadas pelo método, propõe a compreensão intersubjetiva que procura dar conta da significação não alcançada pelo método. Para o autor, na antropologia, este momento não metódico, é exatamente o do exercício da observação participante, durante o trabalho de campo. Ou seja, novamente temos a negação do estatuto de método à observação participante, ainda que autores como Clifford (2002) ou Caldeira (1988) insistam no contrário.

Entretanto, se Clifford (2002) considera a observação participante como um método, por outro lado, sua concepção de etnografia difere de todos os autores até aqui apresentados. Para o autor (CLIFFORD, 2002, p.43),

[...] é necessário conceber a etnografia não como a experiência e interpretação de uma outra realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos.

Tudo isto nos mostra que a concepção sobre o que é etnografia, método ou não, tem uma história que acompanha o desenvolvimento da própria disciplina. Isto porque esta concepção varia no tempo e na relação com os paradigmas dominantes em cada período. Houve momentos, como em seu início como disciplina acadêmica e até os anos 1970, em que ela esteve comprometida com uma visão positivista, quando fazer etnografia era a busca da verdade e da explicação. Em outros momentos, mais próximos do nosso presente, como as duas últimas décadas do século passado, quando foram questionados os paradigmas comprometidos com verdades absolutas e a explicação, cedeu lugar à compreensão. A síntese sugerida por Cardoso de Oliveira foi um intento de antropólogos como Sahlins (1990), mas pode-se ainda considerá-la como um projeto inacabado.

Mas voltemos aos clássicos para verificar como se formulou a proposta metodológica inicial e as possíveis relações entre etnografia e método a fim de melhor entender os deslizes contemporâneos acima apontados. A etnografia, que na etimologia do termo significa, aproximadamente, “estudar e escrever sobre outros povos e raças”, ocupou lugar de destaque na antropologia com a publicação da obra *Argonautas do Pacífico Ocidental*, resultado das pesquisas desenvolvidas pelo antropólogo Bronislaw Malinowski (1978), após extensos e intensivos períodos de investigação antropológica entre os nativos das Ilhas Trobriand, na Nova Guiné, entre os anos 1914-18. A obra firmou os pressupostos metodológicos da disciplina, quais sejam: a necessidade de longo tempo de permanência entre os povos estudados, o exercício da observação continuada e detalhada do modo de vida nativo e de todos os pormenores da vida cotidiana, vivendo entre os nativos por longo período e falando sua língua, procedimento que ao longo do tempo converteu-se na observação participante, mas também a sistematização dos dados coletados em campo e seu cuidadoso tratamento analítico, que deveriam resultar no texto etnográfico. Todas estas etapas, procedimentos e técnicas de pesquisa compõem a sua proposta metodológica. Desde então, estas proposições orientam a prática dos antropólogos e o fazer etnográfico, embora, se concordarmos com as afirmações de Peirano, Magnani e Uriarte, tal empreitada não se resume aos aspectos técnicos e metodológicos da pesquisa antropológica, muito menos ao que se possa entender, hoje, por etnografia.

Tendo em vista o exposto, fica claro que a proposta metodológica de Malinowski (1978) segue os cânones do racionalismo científico. O relato etnográfico deve ser como o de qualquer ciência dura como a física ou a química: expor detalhadamente os processos, as condições sob as quais se realizaram as observações e a forma como foram feitas as medidas e se chegou a determinadas conclusões. Há também a afirmação de um compromisso do pesquisador com a teoria (no caso, a teoria antropológica). O etnógrafo, munido de um vasto arsenal de dados, quadros sinóticos, genealogias, mapas etc. “prova” a existência das organizações nativas, “demonstra” como se constitui a tribo, os clãs, o comportamento nativo etc. Ou seja, assim como nas ciências positivas, o etnógrafo estabelece “todas as leis e regularidades que regem a vida tribal” (MALINOWSKI, 1978, p. 24), na totalidade de seus aspectos. A formulação de quadros sinóticos ele denomina de “método de documentação estatística por evidência concreta” (MALINOWSKI, 1978, p. 27). Vale

destacar que Malinowski faz referência constante a métodos e instrumentos ideais para o levantamento, sistematização e análise de dados, bem como a descrição e apresentação dos resultados, mas nunca se refere a método etnográfico. Na verdade, ele apresenta uma metodologia e discrimina uma série de métodos e técnicas que o antropólogo deve seguir. Senão vejamos: ele, em seu texto, faz referência ao “trabalho etnográfico”, à “pesquisa etnográfica”, ou “pesquisa de campo”, às vezes à “pesquisa etnográfica de campo”, ao “etnógrafo de campo”, aos “métodos indutivos”, à “observação”, ao “documento etnográfico” (referindo-se a certo tipo de dados que resultam num documento), ao “método de apresentação de dados concretos sob a forma de quadros sinóticos”, às “regras e regularidades”, ao “comportamento dos nativos”, ao “diário etnográfico” e aos “mergulhos na vida nativa”. Mas, vale ressaltar, ainda que a proposição de Malinowski fosse dotar a antropologia de método, em nenhum momento ele propõe um método etnográfico.

Em uma obra anterior àquela em que afirma que etnografia não é método, Peirano (1995, p. 17) diz que, “embora a pesquisa de campo caracterize a disciplina, ela não é a meta final do antropólogo”. Este estaria muito mais comprometido com os problemas postos à disciplina, com as revisões teóricas e conceituais, com o intuito de que estudos particulares iluminem questões mais gerais que compõem as preocupações centrais da disciplina. Neste sentido é que Gonçalves (2016), em um texto reflexivo sobre a temática aqui desenvolvida, parte do princípio de que um estudo etnográfico se define inicialmente em relação à disciplina antropologia, que tem como categoria fundante a alteridade. Esta centralidade da alteridade fica ainda mais clara nas proposições de Fabian (2013), que a ela resume todo o projeto antropológico, mostrando ter sido a partir desta relação que a disciplina estabeleceu seu objeto. Não apenas o recorte empírico, mas os problemas teóricos e metodológicos e os conceitos centrais na produção de um conhecimento específico. Mais ainda, diz Peirano (1995, p. 18), “[...] o progresso da antropologia consiste em substituir pouco a pouco determinados conceitos (sociológicos ou não) por outros, mais adequados porque mais abrangentes, mais universais [...]”, ou seja, ela afirma que é na produção das etnografias que o conhecimento antropológico vai se acumulando; saberes que as monografias atualizam constantemente, ao mesmo tempo que persistem como fonte desse acervo antropológico de conhecimento sobre o Outro e sobre a disciplina em si mesma.

É neste sentido que, para ler a proposta metodológica de Malinowski, é preciso conhecer os pressupostos do paradigma funcionalista e, no presente, relativizar a noção de totalidade que orienta a mais clássica dentre as monografias antropológicas. É preciso relativizar esta e outras noções, como a possibilidade de tornar-se nativo, ou mesmo a posição de inferioridade em que o nativo era colocado, como não capaz de visualizar seu modo de agir e pensar, para Malinowski só apreensível pelo antropólogo. Ou seja, uma leitura de Malinowski sem um conhecimento da teoria antropológica pode produzir um desastre na prática da pesquisa. O mesmo se pode dizer de Evans-Pritchard, cuja etnografia, *Os nuer*, revela o comprometimento com o paradigma funcional-estruturalista, uma concepção específica de fazer antropologia, cuja centralidade é o conceito de sociedade, organização social e a posição dos indivíduos na estrutura social. Vale destacar

que Evans-Pritchard, além de se preocupar em dotar a antropologia de método, punha em primeiro plano as proposições teóricas do antropólogo. E, por fim, como entender as distinções que Lévi-Strauss realiza entre etnologia, etnografia e antropologia, sem estar a par da sua proposta estruturalista, dos objetivos centrais de sua antropologia na busca de universais?

Para Lévi-Strauss (1975), para quem há uma separação entre etnografia, etnologia e antropologia, a etnografia corresponde aos primeiros estágios da pesquisa antropológica, com a realização do trabalho de campo, observação e descrição; o estudo etnográfico é aquele que resulta dessa experiência pessoal com um grupo restrito. A etnografia engloba os métodos e as técnicas relacionados ao trabalho de campo, com classificação, descrição e análise. A etnologia caminha em direção à produção de uma síntese – é um prolongamento da etnografia; a antropologia social ou cultural elabora uma última etapa de síntese, valendo-se dos dados da etnografia e etnologia, vislumbrando generalizações e formulação de leis. Mas são etapas de uma mesma pesquisa. Para o autor, a primeira ambição da antropologia é “atingir a objetividade, inculcar seu gosto e ensinar seus métodos” (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 404); “a segunda ambição da antropologia é a totalidade” (LÉVI-STRAUSS, 1975, p.406). O autor se refere à ideia de sistema e à construção de modelos em busca de um universal; a terceira ambição, a da significação, para ele, estaria ligada à ideia de sistema, dado que o significado é apreensível pela linguagem, pelo sistema semântico (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 410).

Tudo isto é o oposto ao colocado pelo paradigma hermenêutico em antropologia, a proposta interpretativa de Clifford Geertz (1978). Para este autor, etnografia é o que fazem os antropólogos: “ele inscreve o discurso social: ele o anota” (GEERTZ, 1978, p. 29); ele fixa o significado dos acontecimentos, não o acontecimento em si. Neste sentido, a etnografia é uma “descrição densa” (GEERTZ, 1978, p. 15) e não se trata de uma questão de método ou técnicas e processos pelos quais se obtém os dados. Trata-se, sim, do “esforço intelectual” (GEERTZ, 1978, p. 15) que representa o fazer etnográfico e seu relato em texto. Fica claro, portanto, o não compromisso com verdades ou certezas: a etnografia é uma interpretação dentre outras possíveis; a rejeição aos modelos explicativos que levam às generalizações – a etnografia é um empreendimento microscópico com voos teóricos de pequena dimensão. Nota-se que, em Geertz, a etnografia é mais claramente direcionada ao resultado do fazer etnográfico, o texto que expõe uma descrição densa, capaz de destrinchar a complicada rede de estruturas simbólicas e apreender os significados expressos durante a pesquisa de campo.

Neste mesmo sentido seguirá o pensamento de Jacobson (1991), em sua obra escrita no momento em que o texto etnográfico, bem como a prática etnográfica que o produziu, foram postos em questão. Curiosamente, foi este o momento também em que a etnografia começou a se popularizar e adentrar diferentes espaços disciplinares. Jacobson (1991) inicia seu livro com a afirmativa de Geertz de que etnografia é aquilo que é produzido pelos antropólogos, e, ainda, que para os antropólogos uma etnografia é o relato do comportamento de uma cultura particular, resultado de um trabalho de campo, salientando, ainda, que “uma monografia etnográfica é frequentemente chamada de etnografia” (JACOBSON, 1991, p. 1). Mas, considera

o autor, esta leitura deixa muitos pontos relevantes de fora, dentre eles que toda etnografia envolve interpretação, seleção de dados, em acordo com modelos teóricos, e isto pressupõe questões e problemas particulares, interpretação e perguntas relacionadas a essa problemática, como também dados colhidos em torno desse problema e os argumentos construídos, pois, para ele, é importante considerar que “uma etnografia constrói um argumento” (JACOBSON, 1991, p. 2). Então, é preciso avaliar o conteúdo dos argumentos. Ademais, uma etnografia, para ele, apresenta não apenas uma descrição, mas uma interpretação de um pesquisador sobre os dados que ele coletou, ou seja, há uma dimensão autoral e até autobiográfica na construção de etnografias, com o que também concorda Fabian (2013).

### **Etnografia e avaliação de políticas públicas: o diálogo possível**

Após o exposto, é hora de nos perguntarmos que implicações teriam estas diferentes considerações sobre a etnografia para aqueles que pretendem nela se inspirar para produzir avaliações de políticas públicas. Em primeiro lugar, torna-se necessário verificar as formas como a etnografia adentra a área de avaliação de políticas públicas; em segundo lugar, é preciso refletir sobre a real possibilidade de se produzir etnografias nessa área de estudos.

Um dos autores que, no caso brasileiro, mais vem orientando a avaliação de políticas públicas é Raul Lejano, cuja obra, *Parâmetros para análise de políticas*, traduzida para o português em 2012, teve boa aceitação, sobretudo no meio acadêmico<sup>5</sup>. Sua proposta de análise e avaliação de políticas, que ele situa como pós-construtivista, consiste na elaboração de um modelo experiencial que, como o nome já evoca, funda-se na experiência dos sujeitos. Trata-se de uma proposta fundada na noção de processo, com foco na ação e no aprendizado e ênfase no contexto. O autor não se vale do termo etnografia, mas sim *descrição densa*, que, para os antropólogos convergentes com o pensamento de Geertz, só se realiza como etnografia. A proposta do autor, entretanto, é outra: ele se vale da noção de *descrição densa* para propor uma análise de políticas mais próxima da experiência, mais ampla e multidimensional. Para tal propõe, ainda, o emprego de diferentes técnicas e processos de coleta de dados, assim como, também, a produção de diversos tipos de dados que possam ser posteriormente integrados na análise com recurso à metodologia de “*mixed methods*”<sup>6</sup>. Poderíamos concluir que a forma como está sendo utilizada a noção de *descrição densa*, sendo que para Geertz etnografia é isto, uma *descrição densa*, representa para a antropologia a mesma “banalização da etnografia” anteriormente evocada? Ainda que o autor não proponha a realização de etnografias, técnicas como a observação participante são previstas na obra e é óbvio que, se *descrição densa*

---

5 Em especial cito o Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) como grande propagador da perspectiva desse autor.

6 Trata-se de metodologia que propõe o cruzamento de dados quantitativos e qualitativos, conhecida no Brasil como triangulação de dados. A esse respeito, ver Creswell e Clark (2007).

se refere ao relato de uma experiência etnográfica, sente-se a esse respeito alguns incômodos na leitura do texto, que soam como ruídos, como algo nada harmônico para os ouvidos de um antropólogo.

Para que tenhamos uma melhor compreensão desses usos da etnografia, sobretudo quando ela é entendida como método, vale a pena nos debruçarmos um pouco mais detidamente sobre dois artigos, fruto de pesquisas na área da saúde, que tomam como foco central a etnografia.

O primeiro autor, Savage (2000), publicou o artigo *Ethnography and Health Care* em um dos mais importantes periódicos internacionais da área de medicina, o BMJ, originalmente *British Medical Journal*. Primeiramente, o autor reconhece que não existe uma interpretação padrão sobre o que é a etnografia. Acertadamente, observa que o termo não é um substitutivo para pesquisa qualitativa em geral ou um caminho para descrever resultados de pesquisas baseadas em entrevistas semiestruturadas, como muitas vezes, e erroneamente, é pensado; está ciente, ainda, de que para muitos pesquisadores o que define a etnografia é o uso da observação participante. Até este ponto parece que concordamos todos com Savage. Dentre os problemas, entretanto, está a afirmação de que o termo pode ser aplicado ao mesmo tempo para designá-la como uma metodologia e para denominar os resultados apresentados. Mais preocupante, ainda, é a afirmação de que “a etnografia pode ser usada num estágio de pré-desenho da pesquisa e pode gerar questões para a pesquisa que podem ser seguidas por outras metodologias” (SAVAGE, 2000, p. 1). Este último ponto desqualifica totalmente a etnografia, tal como ela é entendida pelos antropólogos, mesmo considerando todas as divergências dentro do campo da antropologia. Considerar a etnografia como um método e, mais ainda, que pode ser “usado” não para realizar uma pesquisa completa, mas para fazer inferências que ajudem a desenhar outra proposta de pesquisa, parece realmente algo esdrúxulo. Mas, com efeito, este é um procedimento comum na área de avaliação de políticas públicas, em uma vertente mais positivista, em que os dados qualitativos e/ou a pesquisa de campo figuram como parte de uma fase preliminar da investigação, servindo como base para a montagem de indicadores ou ajuste da proposta de pesquisa, que acaba por ser desenhada recorrendo a métodos quantitativos de análise<sup>7</sup>.

O segundo artigo, de autoria de Goodson e Vassar (2011), intitulado *An Overview of Ethnography in Healthcare and Medical Education Research*, segue a mesma linha de raciocínio quanto ao entendimento da etnografia como um método de estudos localizado em uma única área, largamente dependente da observação participante e entrevistas. Define o uso da etnografia também como um recurso subsidiário para a pesquisa que se desenvolverá recorrendo a métodos quantitativos. Dentre as situações possíveis estão: i) para definição do problema de pesquisa, quando este não está claro (como uma pesquisa exploratória); ii) identificar participantes da situação em estudo; iii) classificar o conjunto de locais onde a situação ocorre; iv) explorar fatores associados com o problema em estudo; e, v)

---

7 A esse respeito ver Holanda (2006, p. 268).

documentar um processo. Apresenta como fatores limitantes da etnografia a longa duração necessária à pesquisa em razão do período de observação participante, realização e trato das entrevistas; as dificuldades para generalização, uma vez que se trata de estudos feitos em apenas um local ou área; os custos mais altos da pesquisa e a subjetividade inerente à pesquisa baseada na interpretação da experiência cultural.

Nos dois textos acima referidos, fica evidente que a forma como a etnografia adentra o âmbito de outras disciplinas acadêmicas é preocupante, dado que deturpa os sentidos originais não apenas de termos, mas de práticas precursoras e nucleares da antropologia.

Após o apresentado, tomemos para reflexão a seguinte questão: é possível elaborar etnografias na área de avaliação de políticas públicas?

Se nos fixarmos nas colocações feitas pelos antropólogos brasileiros que escreveram sobre o tema da etnografia, diríamos que sim, desde que o pesquisador tivesse uma formação sólida na disciplina, dispusesse de tempo e condições suficientes para realizar uma pesquisa intensiva e de longo prazo sobre a política ou programa sob avaliação e por meio dessa avaliação discutisse questões centrais ao debate antropológico, contribuindo para o desenvolvimento da disciplina.

Em primeiro lugar, a formação. Realizar etnografias em avaliação de políticas públicas, fazer entrevistas, o que e como observar. Isto demandaria a leitura sistemática de monografias antropológicas, como asseveram Peirano (2014) e Magnani (2012), a apreensão dos temas e questões próprios ao entendimento da alteridade, o domínio de conceitos, o diálogo com autores da área. Ora, seria então impossível ao não antropólogo fazer etnografia? Tudo indica que sim, pois, evidentemente, esta seria uma tarefa muito difícil. A menos que tivéssemos antropólogos contratados pelas instâncias governamentais ou de pesquisa para atuar na dimensão qualitativa das avaliações e que lhes fosse dado um tempo maior do que comumente se exige quando se trata de avaliações de interesse governamental. Porque, de fato, não se faz um estudo etnográfico em poucos meses de pesquisa. A área da antropologia é formada por intelectuais das mais diferentes formações disciplinares, é fato, mas que dedicaram, posteriormente, um largo período de suas vidas à formação em antropologia, como a realização de pós-graduação na área.

Mas talvez a questão seja: em que medida a prática etnográfica pode inspirar os avaliadores de políticas públicas de forma que eles possam inserir em suas pesquisas avaliativas a pesquisa de campo intensiva (outro grande problema, já que dificilmente ele terá como cumprir um tempo largo em campo), a entrevista em profundidade, aberta, rica em variáveis não previamente imaginadas, assim como estratégias metodológicas, como a análise situacional, que orientam a análise de eventos como comemorações, assembleias e reuniões. E quanto a tal proposta, entendo que para alcançá-la não é necessário nem desejável que se busque a realização de uma etnografia.

Quando Malinowski propôs uma metodologia própria para o estudo de outras sociedades, portanto de uma perspectiva antropológica, ele a formulou a partir de métodos e técnicas de pesquisa já utilizados por diferentes áreas do conhecimento, até mesmo as áreas duras como a física e a química. Os pressupostos científicos eram os mesmos e o paradigma funcionalista também a eles se adequava.

Estamos em outro momento, evidentemente. Os paradigmas positivistas, ainda que perseverem nas ciências duras, sofrem vários abalos e abrem flancos por onde se inserem a interdisciplinaridade, a subjetividade, a dimensão cultural, levando até mesmo as ciências médicas a incorporarem outros saberes às suas práticas.

Mas há um aspecto bem mais problemático para a tentativa de se fazer etnografias na área da avaliação de políticas públicas, pois o pressuposto de que avaliar é emitir um julgamento (SILVA, 2008; HOLANDA, 2006) colide frontalmente com a perspectiva relativista da antropologia em face da alteridade, o pressuposto de que sua tarefa é entender a lógica do Outro sem julgá-la a partir de seus próprios referenciais<sup>8</sup>. A única possibilidade, então, de se fazer etnografias de avaliação a partir de uma postura antropológica seria propor que avaliar deve ser a compreensão da política e não um julgamento sobre ela<sup>9</sup>. Mas ainda nos deparamos com outro problema, que diz respeito aos princípios éticos cobrados profissionalmente do antropólogo, em especial os que dizem respeito “à garantia de que a colaboração prestada não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2012), a garantia ao acesso desses sujeitos aos resultados da pesquisa e o respeito aos seus códigos culturais, bem como o direito de correta e detalhada informação sobre “o significado do consentimento informado em pesquisas realizadas no campo da saúde” (ABA, 2012)<sup>10</sup>. Ou seja, como garantir que esses pressupostos que orientam toda a prática etnográfica sejam respeitados por pesquisadores insuficientemente formados e informados no campo da antropologia?

### **A contribuição do diálogo interdisciplinar à avaliação de políticas públicas**

No Brasil, Rodrigues (2008) faz uma tentativa de diálogo interdisciplinar entre a área de avaliação de políticas públicas e o campo da antropologia. Ciente de que autores do campo da avaliação, sobretudo nos Estados Unidos, valiam-se de abordagens interpretativas, inspirados nas formulações do antropólogo Clifford Geertz, apresenta uma proposta metodológica que ficou conhecida como *avaliação em profundidade*, composta de quatro eixos analíticos: análise de conteúdo, análise de contexto, trajetória institucional e espectro temporal e territorial.

Ao definir *avaliação em profundidade* por seu caráter interdisciplinar e multidimensional, pela amplitude e densidade analíticas, evidentemente Rodrigues (2008) estava propondo um diálogo com a antropologia, considerando a positividade de sua contribuição aos estudos na área, mas, ao mesmo tempo, não moldava a

---

8 A respeito da noção de relativismo vide, por exemplo, Levi-Strauss (1976) e Geertz (2001).

9 Em Rodrigues (2008), afirma-se que as diferentes abordagens de avaliação podem ser agrupadas em duas propostas distintas “uma que entende a avaliação como ‘medida’ e outra que privilegia o sentido de avaliação como ‘compreensão’”(RODRIGUES, 2008, p. 11), concluindo que os resultados de uma avaliação são radicalmente diferentes dependendo da abordagem que se adote.

10 Disponível em: <<http://www.abant.org.br/?code=3.1>>. Acesso em: 24 out. 2015.

avaliação à etnografia, no sentido amplo referido nos tópicos anteriores deste artigo. Inclusive, a autora faz as devidas ressalvas ao recurso ao método etnográfico como proposto por autores da área da avaliação, em razão do extenso debate existente na área da antropologia sobre o estatuto da etnografia, desde a sua definição até a abrangência analítica (RODRIGUES, 2008).

Assim, considera Rodrigues que realizar uma *avaliação em profundidade* não pode se restringir aos aportes interpretativos em busca da significação, via Geertz, como propõe Gussi (2014). Isto porque é preciso, sobretudo para a área de avaliação de políticas públicas, considerar os limites da abordagem geertziana ao se restringir à busca de significados. A esse respeito, Rodrigues (2004) expõe seu entendimento da etnografia não apenas como imersão em uma particularidade e sua posterior descrição detalhada com interpretação dos significados, mas como um empreendimento que envolve interpretação, descrição e análise, como enfatiza Jacobson (1991).

Neste sentido, uma pesquisa na área de avaliação de políticas públicas pautada na *avaliação em profundidade* deve, sim, atentar para os significados dados à política pelos sujeitos e documentos oficiais, mas esta é apenas uma parte da tarefa, bastante útil sobretudo no trato do material coletado para a análise de conteúdo e reconstrução da trajetória da política. No entanto, para a análise de contexto, apreensão do modelo político econômico e social que sustentou a política, mapeamento e análise da sobreposição de políticas, apreensão das redes de atores locais e dos conflitos e interesses em jogo, outros instrumentais são necessários.

A depender da especificidade de cada política ou programa estudado e da situação empírica em questão, a necessidade de aplicação de questionários pode ser fundamental, ou a realização de grupos focais, oficinas de elaboração de cartografias sociais, estudos de caso. No caso de conflitos socioambientais, paradigmas como o da ecologia política podem ser altamente profícuos – este diálogo interdisciplinar já ocorre dentro do próprio campo da antropologia<sup>11</sup>. E entendo que esta abordagem metodológica da ecologia política possa também orientar conflitos sociais que não envolvam questões ambientais.

Ou seja, há muito ainda a desenvolver a partir da proposta inicial de *avaliação em profundidade*, além dos esforços já empreendidos no sentido de melhor esclarecê-la<sup>12</sup> e da percepção de novas possibilidades de agregar métodos adequados a diferentes situações, bem como as suas possibilidades de articulação. Mas é um diálogo possível.

### **A título de conclusão**

O esforço reflexivo levado a efeito no presente artigo buscou fornecer elementos para a compreensão dos limites e possibilidades de uma proposta de pesquisa etnográfica na área da avaliação de políticas públicas. Para tanto,

---

<sup>11</sup> A esse respeito ver Little (2006).

<sup>12</sup> Ver Rodrigues (2011, 2013).

procedeu-se primeiro a uma abordagem sobre os debates contemporâneos na área da antropologia, sobre o tema da etnografia, e, em seguida, uma sondagem sobre a forma como a etnografia tem adentrado contemporaneamente outros campos disciplinares. Por fim, apresentamos os principais óbices a esta proposta e as possibilidades de diálogo entre antropologia e avaliação de políticas públicas.

Dentre as principais constatações, vimos que, entre os próprios antropólogos, ao menos no caso brasileiro, há uma imprecisão na definição do que seja etnografia. Vimos também que as concepções de etnografia em outras disciplinas, como a área de análise e avaliação de políticas públicas, no campo da ciência política (LEJANO, 2012), e na área da saúde, tendem a limitar a etnografia a um método que pode ser utilizado apenas na parte preliminar da pesquisa, o que sugere uma visão completamente equivocada da etnografia.

Desta forma, percebe-se a necessidade de promover uma reflexão mais acurada sobre as distinções entre etnografia e métodos de pesquisa qualitativa e, considerando-se que este diálogo interdisciplinar, ainda que profícuo, refere-se a uma empreitada processual que se aprimora à medida que novas pesquisas vão se concretizando dentro de novas perspectivas metodológicas e analíticas, como é o caso da *avaliação em profundidade*, acima referida, ressalta-se que, independente de qual seja a abordagem, não se trata apenas de se valer de um arsenal metodológico já estabelecido, como é o caso da etnografia, e sim de desenvolver, inspirados nesses e em outros arcabouços teórico-metodológicos, uma metodologia qualitativa própria para a avaliação de políticas públicas.

## Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA - ABA. **Código de ética do antropólogo e da antropóloga**. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/?code=3.1>>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- AUGÉ, Marc. **Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação**. São Paulo: Ed. da Unesp; Alagoas: Edufal, 2015.
- AUGÉ, Marc; COLLEYN, Jean-Paul. **Que es la antropología**. Buenos Aires: Paidós, 2012.
- CALDEIRA, Teresa P. R. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, v. 21, p. 133-157, 1988.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O lugar – e em lugar – do método. In: \_\_\_\_\_. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. da Unesp, 2000, p. 73-93.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002.
- CRESWELL, John W; CLARK, Vicki L. P. **Desegning and conducting**. Mixed methods research. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2007.
- FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_. Anti anti-relativismo. In: \_\_\_\_\_. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 47-67.

- GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 445-476, 2003.
- GONÇALVES, Alicia F. Etnografia, etnologia & teoria antropológica. **Política & Trabalho**, Revista de Ciências Sociais, João Pessoa, n. 44, p. 247-261, jan./jun. 2016.
- GOODSON, Leigh; VASSAR, Matt. An overview of ethnography in healthcare and medical education research. **Journal of Educational Evaluation for Health Professions**, v. 8, n. 4, p. 1-5, 2011.
- GUSSI, Alcides F. Avaliação de políticas públicas sob uma perspectiva antropológica. In: VALENTE, Heloísa de Araújo D.; PRADOS, Rosália Maria N.; SCHMIDT, Cristina (Orgs.). **A música como negócio: políticas públicas e direitos do autor**. São Paulo: Letra e Voz, 2014. p.19-29.
- GUSSI, Alcides F.; OLIVEIRA, Breyner R. The cultural dimension of public policy evaluations: an anthropological approach. **Evaluation Connections**, n. especial, p. 12-13, sep. 2016.
- HOLANDA, Nilson. **Avaliação de programas: conceitos básicos sobre avaliação “ex-post”**. Rio de Janeiro/São Paulo/Fortaleza: ABC, 2006.
- INGOLD, Tim. Antropologia *não* é etnografia. In: \_\_\_\_\_. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 122-146.
- JACOBSON, David. **Reading Ethnography**. New York: State University of New York Press, 1991.
- LEJANO, Raul. **Parâmetros para a análise de políticas: a fusão de texto e contexto**. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino. In: \_\_\_\_\_. **Antropologia estrutural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p. 368-406.
- \_\_\_\_\_. Raça e História. In: \_\_\_\_\_. **Claude Lévi-Strauss. Seleção de textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1976. p. 51-93. (Col. Os Pensadores).
- LITTLE, Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.
- MAGNANI, José Guilherme C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.
- \_\_\_\_\_. A etnografia é um método, não uma mera ferramenta de pesquisa que se pode usar de qualquer maneira. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, p. 169-178, 2012.
- MALINOSWIKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dois nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores).
- MINAYO, Maria Cecília S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.
- PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- \_\_\_\_\_. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. **Metáforas do Brasil: demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2004.
- \_\_\_\_\_. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **AVAL**, Revista Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, ano 1, n. 1, v. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **Caos**, Revista eletrônica de Ciências Sociais, [online], João Pessoa, n. 17, p. 55-53, abr. 2011.

---

\_\_\_\_\_. Avaliação de políticas e programas sociais: princípios teórico-metodológicos para uma avaliação em profundidade. In: FLORENCIO, Ana Maria G.; DIÓGENES, Elione Maria N.; CAVALCANTE, Maria do Socorro A. de O. (Orgs.). **Políticas públicas e estado capitalista: diferentes olhares e discursos circulantes**. Maceió, AL: Edufal, 2013. p. 69-78.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SAVAGE, Jan. Ethnography and health care, **BMJ**, v. 321, p.1400, 2000.

SILVA, Maria Ozanira S. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, Maria Ozanira S. (Org.) **Pesquisa avaliativa, aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras; São Luis, MA: GAEPP, 2008. p. 89-177.

SPERBER, Dan. **O saber dos antropólogos**. Lisboa: Ed. 70, 1992.

URIARTE, U.M. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe 11**, Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, [online], São Paulo, n. 11, 2012. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/300>>. Acesso em: 22 de maio de 2013.

VICTORA, Ceres G.; KNAUTH, Daniela R.; HASSEN, Maria de Nazareth A. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

YANOW, Dvora. Reading as Method: Interpreting Interpretations. In: SCHATZ, Edward (Ed.). **Political ethnography: What immersion brings to the study of Power**. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

YANOW, Dvora; SCHWARTZ-SHEA, Peregrine. **Interpretation and method: empirical research methods and the interpretive turn**. New York: Routledge, 2015.

Recebido em 29/12/2016

Aceito em 20/07/2017